

POR UMA HISTÓRIA SOCIAL DA LÍNGUA NACIONAL: ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

TOWARDS A SOCIAL HISTORY OF THE BRAZILIAN LANGUAGE: A FEW THEORETIC AND METHODOLOGICAL ISSUES

IVANA STOLZE LIMA ¹

Resumo:

A comunicação pretende discutir e propor uma abordagem histórico-social da formação da língua nacional no Brasil, focalizando, sobretudo, o período da independência e as décadas seguintes, a partir da constatação de que os historiadores do século XIX e da primeira metade do século XX revelaram uma clara sensibilidade para pensar a dimensão linguística da vida social.

Palavras-chave: Língua nacional, conflitos sociais e simbólicos, voz escrava

Abstract:

The purpose of this paper is to discuss and propose a social and historical approach to the formation of the Brazilian national language. The main focus will be on the Independence period and the decades thereafter, in order to confirm that historians from the Nineteenth Century and the first half of the Twentieth Century were clearly sensitive in thinking through the linguistic dimension of social life.

Keywords: National language; social and symbolic conflicts; enslaved voice.

A apresentação tenciona discutir e propor uma abordagem histórico-social da formação da língua nacional no Brasil, focalizando especialmente o período da independência e décadas seguintes. Alguns momentos de minha trajetória de pesquisa serão trazidos à tona, pois o contato com as referências, as discussões, os impasses, dúvidas e direções escolhidas irão me ajudar a expor as questões teóricas e metodológicas envolvidas no problema. Procurarei enfim evidenciar a importância da perspectiva linguística para a reflexão sobre as formas de interação e conflito entre os diferentes grupos sociais.

Eu não posso deixar de registrar a grande honra com que recebi o convite para vir ao IHGB, feito pela professora Lucia Guimarães. Para além de tudo o que a historiografia brasileira deve a essa instituição, minha trajetória de pesquisa tem um vínculo bastante forte com a mesma, uma vez que me iniciei na pesquisa histórica pelas mãos de um grande professor, o querido Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães, cujo nome

1 – Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade do CNPq. Pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa. E-mail: ivana@rb.gov.br.

está ligado à história do Instituto. A ele, sem nenhuma dúvida, devo minha profissionalização e devemos todos no Brasil o renovado interesse pela história da disciplina e pela reflexão historiográfica.

O conceito de língua nacional

De forma mais exata e precisa do que as expressões “língua portuguesa”, ou “língua portuguesa no Brasil”, o conceito de língua nacional parece-me pertinente para evocar os aspectos histórico-sociais envolvidos com a expansão e nacionalização da língua portuguesa no Brasil, processo que pôs frente a frente diferentes grupos sociais, culturais e étnicos, e para o qual os meios de comunicação – notadamente a imprensa, quando se trata do século XIX – a escola, e outras instituições foram significativas². Por um lado, o diálogo com a linguística, a sociolinguística, a história das ideias linguísticas, é essencial na investigação. Existem atualmente diferentes grupos de pesquisa nessas áreas explorando a dimensão histórica dos fenômenos linguísticos³. Por outro lado, o *objeto* de trabalho ganha definição no campo da disciplina histórica, na interface entre uma história intelectual, uma história da imprensa (ou das formas de comunicação), e uma história social.

É notável como os historiadores do século XIX e primeira metade do século XX tiveram uma clara sensibilidade para pensar a dimensão linguística da vida social – basta abrirmos a própria revista do Instituto

2 – Como não há espaço nesse texto para indicar todas as referências, remeterei a alguns trabalhos de minha autoria para o detalhamento das mesmas. No entanto, optei por inserir em nota algumas sugestões de leitura. Ver a obra organizada por Michel de Certeau sobre a imposição da língua francesa no contexto revolucionário: Certeau, Michel de, Dominique Julia, and Jacques Revel. *Une politique de la langue – La Révolution Française et les patois: L'enquête de Gregoire*. Paris: Gallimard, 1975. Para uma leitura mais básica, consultar STEINBERG, Jonathan. O historiador e a Questione Della Lingua. In: BURKE, Peter e PORTER, Roy. *História Social da Linguagem*. São Paulo: UNESP, 1997.

3 – No caso da produção brasileira, vale destacar o contato que tive com os trabalhos de NUNES, José Horta, *Dicionários no Brasil: Análise e História do Século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes, 2006; ALKMIM, Tania (org), *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2002; MELLO, Heliana Ribeiro de. *The Genesis and Development of Brazilian Vernacular Portuguese*. The City University of New York, 1996; MARIANI, Bethania. *Colonização linguística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas: Pontes, 2004.

desde os seus primeiros números, onde se encontram artigos, comunicações, documentos e memórias dedicados às línguas no Brasil, ou ainda consultarmos as obras de Cunha Matos, Varnhagen, Gonçalves Dias, Joaquim Norberto, só para citarmos alguns. Mais tarde, Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda, José Honório Rodrigues⁴ emprestaram às suas concepções de história um peso importante para as questões da linguagem e da comunicação entre os grupos sociais. No entanto, ao avançar do século XX, parece que essa sensibilidade foi um pouco posta de lado, perdendo espaço para novas correntes teóricas e formas de investigação. O que não deve levar a pensar que estas seriam incompatíveis, pois mesmo Caio Prado Jr. conclui o seu *Formação do Brasil Contemporâneo* apontando para os dilemas e conflitos no domínio da linguagem.

Por esse ser um tema ainda pouco frequente nos trabalhos historiográficos das últimas décadas, como também porque as abordagens interdisciplinares, na prática ainda muito raras em nossa vida acadêmica, exigem tanto o esforço para apreender conceitos e reflexões “alheios” como um exercício constante de definição teórico-metodológica, acredito que possa ser interessante compartilhar como comecei a vislumbrar essa temática. O primeiro momento foi a elaboração da tese de doutorado, em que focalizei representações sobre mestiçagem e relações raciais formuladas em três campos da formação do Estado no Império, quais sejam, os campos da *política*, da *população* e da *nação*. O primeiro capítulo da tese foi dedicado à imprensa política do período regencial e à rica discussão sobre as cores dos cidadãos. O segundo capítulo trata da classificação de livres, escravos, pardos, mulatos, brancos, nos censos, estatísticas, e discursos sobre a população. Finalmente no terceiro capítulo, dedicado à questão nacional, o próprio movimento da pesquisa documental e as ricas discussões com meu orientador, Ilmar Rohloff de Mattos, foram chave para os contornos que o trabalho veio a assumir. O professor Ilmar, além de em diferentes ocasiões indicar a relevância da questão, já no seu livro

4 – Vale citar especialmente o artigo de José Honório Rodrigues, A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial. *Humanidades*. Brasília, UnB, vol I, n. 4, julho/setembro de 1983, pp.21-41.

O Tempo Saquarema, havia considerado o movimento de defesa de uma língua nacional no campo da literatura e no da instrução pública, como parte do que ele chamou “Formação do Povo”. Em termos metodológicos meu trabalho àquela altura privilegiou uma história da produção intelectual relacionada às ideias de nacionalidade linguística no período romântico, envolvendo literatura e lexicografia, tomando ambas como parte da vida e dos conflitos sociais do tempo. A polêmica em torno da constituição de uma língua literária no Brasil, chamada *língua brasileira* por alguns contemporâneos como Joaquim Norberto, José de Alencar e Gonçalves Dias, e ainda o campo da lexicografia, com destaque para o *Dicionário da Língua Brasileira*, de Luís Maria da Silva Pinto, publicado em Ouro Preto em 1832 e o *Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua Portuguesa*, de Brás da Costa Rubim, publicado na tipografia de Paula Brito em 1853⁵, eram obras em que se percebia os diferentes pesos atribuídos a índios, africanos e descendentes nas contornos em que se construía a nacionalidade linguística.

Por volta de 2003, já na condição de pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa, formulei um projeto para dar continuidade ao tema, intitulado “Entre o tupi e a geringonça luso-africana: eis a língua brasileira. Sentidos de mestiçagem e identidade nacional no Império”, mas no fundo com uma certa dificuldade para vislumbrar o caminho de fato diferente e inovador em relação ao que já havia sido feito, tanto por mim, como na bibliografia consultada. Felizmente, o desenvolvimento desse projeto nos anos seguintes me levou a duas “viradas” teórico-metodológicas importantes, principalmente no sentido de redimensionar a discussão para além do campo da produção intelectual, envolvendo a circulação da palavra escrita e formas de comunicação entre os grupos sociais. É bom esclarecer que essas viradas, ou *insights*, são fruto do cuidado com a documentação, da diversificação das tipologias de fontes, com interrogações que vão

5 – PINTO, Luís Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832; CORUJA, Antonio Alvares Pereira. Coleção de vocábulos e frases usadas na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. *RIHGB* Tomo 15; RUBIM, Brás da Costa. *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Tipografia Dois de Dezembro, 1853.

além do “conteúdo” de um texto para as formas de registro e circulação dos mesmos. Retomando as experiências com a imprensa no início do doutorado, que haviam sido aparentemente postas de lado, novas percepções e questionamentos sobre a língua nacional apareceram, em um caminho novo para avaliar o referido *Dicionário da Língua Brasileira*, então um ilustre desconhecido, muitas vezes referido de forma equivocada, sobre o qual praticamente não havia estudos nas últimas décadas. A proposta foi tratar a obra como uma fonte textual, mas procurando situá-la na história da produção e circulação da palavra impressa⁶ e no processo histórico social mais amplo, sobretudo os debates e ações relacionadas à instrução pública. Podemos dizer que o dicionário surgiu das circunstâncias históricas vividas na província de Minas Gerais, com uma notável atividade de impressão e, ao mesmo tempo, com a criação das escolas de primeiras letras que, aliada a práticas informais de alfabetização, levou a um relativo avanço na difusão da palavra escrita, testemunhada por muitos contemporâneos, como por exemplo Cunha Mattos: “É muito certo que todos os homens brancos, a maior parte dos pardos, grande número de pretos, poucos índios civilizados e quase todas as senhoras distintas, sabem ler, escrever e contar.”⁷

Reunindo indícios nos mais diferentes registros, consegui entender melhor Silva Pinto e sua tipografia, tendo sido ele o primeiro impressor de livros em Minas Gerais, informação essa antes inexistente em todas as referências que pude consultar. Ele publicava visando sobretudo o mercado local, explorando o veio de material didático, com gramáticas, manuais de farmácia, além de documentos legais que eram fruto do processo de transformações atravessado pelo país no início do período regencial,

6 – É justo referir aqui o avanço dessa linha de investigação no campo da história e dos estudos literários. Dentre outros, a participação em eventos como II Congresso da História do Livro e da Leitura no Brasil, na Unicamp, em simpósio organizado por Marcia Abreu, ou no seminário História e Imprensa, representações culturais e práticas do poder, na UERJ, ambos em 2003, foi bastante interessante para travar conhecimento com diferentes projetos desenvolvidos nessa direção.

7 – MATOS, Raimundo da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais* (1837). Belo Horizonte, Publicações do Arquivo Público Mineiro, 1981, p. 92.

como o Código Criminal⁸. Assim, se não encontramos um solene manifesto político, vemos um sentido mais prosaico para a noção de “brasileiro”, nascido dessa demanda local pela palavra escrita e impressa, pela expansão da instrução. Àquela altura, era claro que o volume fizera uma espécie de resumo do *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antonio Morais Silva, reduzindo e simplificando os seus verbetes. Mas hoje há análises disponíveis no campo da linguística, focalizando o exame dos códigos linguísticos em si, apontando como Silva Pinto registrou usos locais, aumentando ainda mais o interesse por essa obra⁹.

A segunda virada metodológica a que me referi ocorreu com a pesquisa nos Anais da Câmara de Deputados, focalizando os anos iniciais da primeira legislatura, 1826 e 1827. A princípio o interesse seria procurar os debates sobre a lei de 1827, que instituiu a escola de primeiras letras e o ensino da “gramática da língua nacional”, além de outros temas que pudessem estar relacionados à questão da nacionalidade linguística, como o tráfico de escravos, os colonos estrangeiros e outros. José Honório Rodrigues teve um *insight* muito interessante, sobre a Constituinte de 1823, contando que seria o primeiro fórum público em que “brasileiros” de diferentes regiões se encontram, falando português, com seus sotaques próprios¹⁰. De fato, a diversidade de experiências causa uma forte impressão ao acompanharmos esses debates, que eram sessões públicas,

8 – *Código do Processo Criminal de 1º Instância do Império do Brasil*. 3ª ed. Ouro Preto. Reimpresso na Tipografia de Silva, 1833. Luís Maria da Silva Pinto, *Elementos de farmácia, química e botânica*. Tipografia de Silva, 1837. (Biblioteca Nacional, III – 186, 3, 29); Pinto, Antonio José de Souza. *Matéria Médica*, Tipografia de Silva, 1837. (Biblioteca da Casa dos Contos). Cardoso, Manoel Joaquim d’Oliveira. *Gramática e Poesia Latina extraída de vários compêndios para dar comodidade aos principiantes*. Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1831. Marink, José Carlos. *Compêndio explicativo sobre o método de ensino mútuo*. Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1828.

9 – LIMA, Ivana Stolze. Luís Maria da Silva Pinto e o Dicionário da Língua Brasileira (Ouro Preto, 1832). *Humanas* 28, n. 1 1 (2006): 33-67. Olga Ferreira Coelho, Apresentação sobre Dicionário da Língua Brasileira. Site *Brasiliana USP*. <http://www.brasiliana.usp.br/node/392>. Acesso em 10/03/2011; COELHO, Olga Ferreira. Os nomes da língua: configuração e desdobramentos do debate sobre a língua brasileira no século XIX. *Revista IEB*, vol. 47, set 2008, pp. 139-160.

10 – RODRIGUES, José Honório. *A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis: Vozes, 1974.

registradas através de taquigrafia, e em seguida impressas nos jornais ou compiladas nos anais. Ao tomar a palavra, os deputados deveriam falar de forma corrente, ou a partir de discursos memorizados, pois o regimento não permitia que os mesmos fossem lidos¹¹. Mesmo com os necessários percalços do registro, da revisão e da impressão, temos uma documentação interessantíssima, que, ao menos em parte, traria o próprio jeito de os contemporâneos se expressarem, tangenciando a oralidade e revelando um potencial enorme de trabalho tanto para o historiador como para o linguista. A questão com que trabalhei era a seguinte: como os deputados se referiam à língua falada no país? Apareceram várias formas: “língua brasileira”, “idioma nacional”, “língua portuguesa, que é a nossa”, e muitas outras. Assim, ficou demonstrado como a discussão literária das décadas de 1840, 50, 60, em que os escritores românticos cuidam de uma nacionalidade da língua¹², na verdade foi antecipada pelos deputados, que representava um grupo relativamente diversificado. O retrato que fizeram do país naquele momento é interessantíssimo, contendo desde avaliações muito pessimistas sobre o reduzido número dos que sabiam ler e escrever, da falta de quem pudesse assumir o papel de professor, até propostas de educação do povo, do aumento do acesso aos livros (reduzindo os impostos sobre o papel, ou fomentando traduções e elaborações de manuais), com ideias interessantes sobre métodos de ensino. Batista Pereira, por exemplo, alertava para a imperícia dos mestres: “Professores tirados de carpinteiros, e sapateiros, serão capazes de educar e ensinar a mocidade?”¹³ No dia seguinte, Ferreira França, com a sua argumentação peculiar, desprovida de citações letradas e com uma experiência cultural que soa bem distinta da dos bacharéis de Coimbra, acionava uma outra vertente: “não quero outra coisa senão que os meninos aprendam com um pedreiro ou carpinteiro”, isto é, com o uso.¹⁴

11 – *ANAIS do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Segundo ano da primeira legislatura. Sessão de 27 de maio de 1826, p. 145.

12 – Sussekind, Flora. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. In: Pizarro, Ana. *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*. São Paulo/Campinas: Memorial / Unicamp, 1994.

13 – *ANAIS do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Segundo ano da primeira legislatura. Sessão de 10 de julho de 1827, p. 106.

14 – *Ibid*, Sessão de 11 de julho de 1827, p. 115. Lima, Ivana Stolze. Língua nacional, his-

Como vemos, há um leque enorme de possibilidades de problematizações das questões linguísticas na formação da língua nacional naquele momento. Nos últimos anos venho explorando aquela vertente muito pouco explicitada no período, com hipóteses sobre a relação entre a escravidão de africanos e descendentes e a formação da língua nacional. Na verdade, é um exercício de exploração de pequenas pistas em registros e textos que acabavam por falar dos africanos, mesmo quando queriam negar o que supunham ser “má influência” sobre a fala dos brasileiros. Curiosamente, encontramos em nada menos que Varnhagen uma das primeiras considerações, na historiografia oitocentista, sobre os africanos e questões relativas a línguas e comunicação no Brasil.¹⁵

Muito brevemente, vale lembrar que nos anos recentes vem se dando uma maior presença da história da África no ambiente acadêmico. Os estudos sobre a experiência de escravos africanos e descendentes nas Américas, sobre o tráfico e mundo atlântico, constituem uma linha que tenho explorado na formulação do meu atual projeto de pesquisa. Uma primeira interrogação indaga: o que o processo de formação de uma língua nacional, marcante desde a Independência, tem a ver com o tráfico de escravos, estimado em quase dois milhões de africanos introduzidos no país nos primeiros cinquenta anos do século XIX? Como pensar o fato terem acontecido no mesmo período de tempo dois processos que parecem dirigir-se a lados diferentes? De um lado, os falantes de fon, iorubá, haussá, quimbundo... De outro lado, o português se espalhando pelo território, adquirindo a sua história própria, através das páginas de jornais e livros, das pequenas escolas das províncias, das estradas, da crescente administração do território etc.? Outras interrogações seriam: como os africanos aprenderam a língua dos senhores? Como se pode pensar a relação entre as línguas africanas e o português brasileiro no campo das relações sociais? Para além das questões linguísticas, que têm constituído

tórias de um velho surrão. In: LIMA, Ivana Stolze e CARMO, Laura do. *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. 215-45.

15 – LIMA, Ivana Stolze. A língua nacional no Império do Brasil. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo H. *O Brasil Imperial. Vol. 2 - 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 467-97.

um rico manancial de interrogações nos diferentes níveis da língua¹⁶, incluindo não só o vocabulário, mas a sintaxe e a fonética, será que há ainda respostas a serem construídas no campo do conhecimento histórico sobre essas interrogações?

Lembro de uma dessas felizes coincidências que ocorrem num processo de pesquisa. Eu estava lendo o estudo de Flora Sussekind sobre a obra *Vítimas algozes* de Joaquim Manoel de Macedo¹⁷, onde ela comenta a descrição do personagem africano, enumerando marcas do corpo, cicatrizes e uma quase inumana forma de se expressar do personagem africano, Pai Raiol. Naqueles mesmos dias me deparei com um volume que reúne anúncios de jornal publicados no século XIX, volume organizado no intuito de da publicar *corpus* para se estudar a história da língua, e que inclui anúncios de fuga e venda de escravos¹⁸. Ora, a recorrência dos anúncios, e semelhança na obra literária levam a imaginar e existência de um tópos utilizado na descrição de escravos, levando-nos a imaginar Macedo como um leitor desses anúncios, e, na dimensão socialmente mais significativa, a imaginar o peso que os anúncios tinham no imaginário e no cotidiano da sociedade escravista. Assim, de forma sistemática e por alguns anos, dediquei-me a recolher, indexar e explorar essa documentação.

Algumas das questões metodológicas envolvidas no trabalho com anúncios de escravos dizem respeito ao fato de que os mesmos são representações senhoriais, mas que podem vir a indicar as práticas e estratégias dos escravos em relação ao uso das línguas. Procurar indícios sobre quem redigia os anúncios, indo desde a ação dos redatores e tipógrafos, até os proprietários que poderiam seja ditar os seus anúncios ou levar rascunhos manuscritos às oficinas dos jornais. Se por um lado se percebe uma certa fórmula na descrição dos escravos, por outro lado o material é mescla-

16 – PETTER, Margarida, and Jose Luis FIORIN. *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.

17 – SÜSSEKIND, Flora. As vítimas-algozes e o imaginário do medo. In: MACEDO, Joaquim Manoel. *As vítimas algozes: quadros da escravidão*. São Paulo: Scipione, 1988.

18 – GUEDES, Marymarcia, and Rosane de Andrade BERLINCK. *E os preços eram cômodos... Anúncios de jornais brasileiros, século XIX*. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2000.

do com trechos que parecem fugir de padronizações, mais informais e espontâneos, indicando também certa oralidade nessas fontes textuais. Outro elemento, é que dadas as características da propriedade escrava no Brasil, havia um leque de variação sócio-cultural entre os proprietários que anunciavam seus escravos fujões, desde pequenos proprietários, negros ou brancos, a senhores, autoridades etc. Tomemos um exemplo:

No dia 21 do corrente fugiu um negro por nome Pedro, de idade 18 a 20 anos, estatura ordinária, magro muito falador, e atrevido quando toma a cachaça, fala bem Português, e é bom oficial de Alfaiate tanto de homem quanto de Senhora, e sabe bolar alguma coisa: a sua fuga foi por querer que o vendesse: aonde ele for parar que é provável seja aonde trabalhe pelo seu ofício, o remetam para o calabouço dos negros anunciando no Diário para se procurar, que serão recompensadas de todas as [despesas] feitas a este respeito¹⁹.

Aí vemos a fuga, a mobilidade espacial e a habilidade profissional que possibilitaria a Pedro tentativa de se empregar como homem livre. O termo “negro”, acompanhado da observação sobre a grau de aprendizado do português, indica que Pedro seria provavelmente um africano, apesar de não haver a menção à nação, como era frequente. Acompanhando tudo isso, a observação de seu proprietário, sobre o seu comportamento: “É muito falador, e atrevido quando toma a cachaça.” Teria Pedro ajudado a modificar e difundir a língua cada vez mais falada no país, a língua portuguesa que se tornava brasileira? O fato de viver no Rio, por haver na cidade uma grande circulação de falantes de diferentes línguas, foi relevante tanto para sua relação com o português, como para a possibilidade de continuidade no uso de línguas africanas?

Em geral, apenas nos anúncios de fuga havia menção à fala, sendo esse dado aparentemente secundário nos anúncios de venda de escravos. Mas, mesmo que a principal motivação para mencionar as características da fala fosse a identificação, na medida em que acompanha os demais sinais físicos, isso não excluiu, ao contrário, que estas viessem coladas a um conjunto de valores, de medos, prevenções. Mencionar uma característica identificadora e expressar medos e expectativas morais em relação

19 – *Diário do Rio de Janeiro*, 23/01/1821.

aos escravos eram atos simultâneos na representação acerca da fala dos escravos fujões.

Neste segundo exemplo, trata-se claramente de um escravo africano, mas que não só não teria maiores problemas em se comunicar, como confundia uma das classificações importantes da ordem escravista, a oposição entre crioulos e africanos:

Fugiu no dia 31 de dezembro próximo passado, um preto de nome Cypriano, de nação Benguela, porém fala como crioulo, estatura regular, rosto magro meio cambaio, quando fala é sempre com ar risonho, e levou calça de merinó preto, e camisa branca, quem o prender e o trazer à rua da Ajuda n. 127, terá alvíssaras; outro sim o anunciante desde já declara que procederá pelos meios facultados na Lei, contra qualquer pessoa que o tenha ocultado²⁰.

Venho fazendo e pretendo em breve concluir a análise seriada dessas categorias e formas descritivas, utilizando uma base de dados e procurando tendências que permitam responder às questões aqui em parte anunciadas. Mas esse método ganha um sentido teórico mais amplo, na medida em que nos permite nos aproximar daquele mundo em que as representações sobre as falas dos escravos e dos negros eram significativas de um tempo de transformações, em que as inquietações dadas pela relação entre senhores e escravos compunham a agenda política e os destinos da nacionalidade, evidenciando os conflitos sociais e raciais mais candentes²¹.

Bem, acho que com isso eu já dei uma ideia do que tenho proposto como uma história social da língua nacional, alguns de seus problemas teórico-metodológicos, e o potencial desse campo, ainda com muita coisa por explorar. Obrigada.

Texto apresentado em agosto/2011. Aprovado para publicação em outubro/2011.

20 – *Diário do Rio de Janeiro*, 10/01/1835.

21 – Lima, Ivana Stolze. Entre a língua nacional e a fala caçanje. Representações sociais sobre a língua no Rio de Janeiro Imperial. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Sales e COSTA, Wilma Peres. *De um império a outro. Estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: FAPESP/HUCITEC, 2007. 63-99.